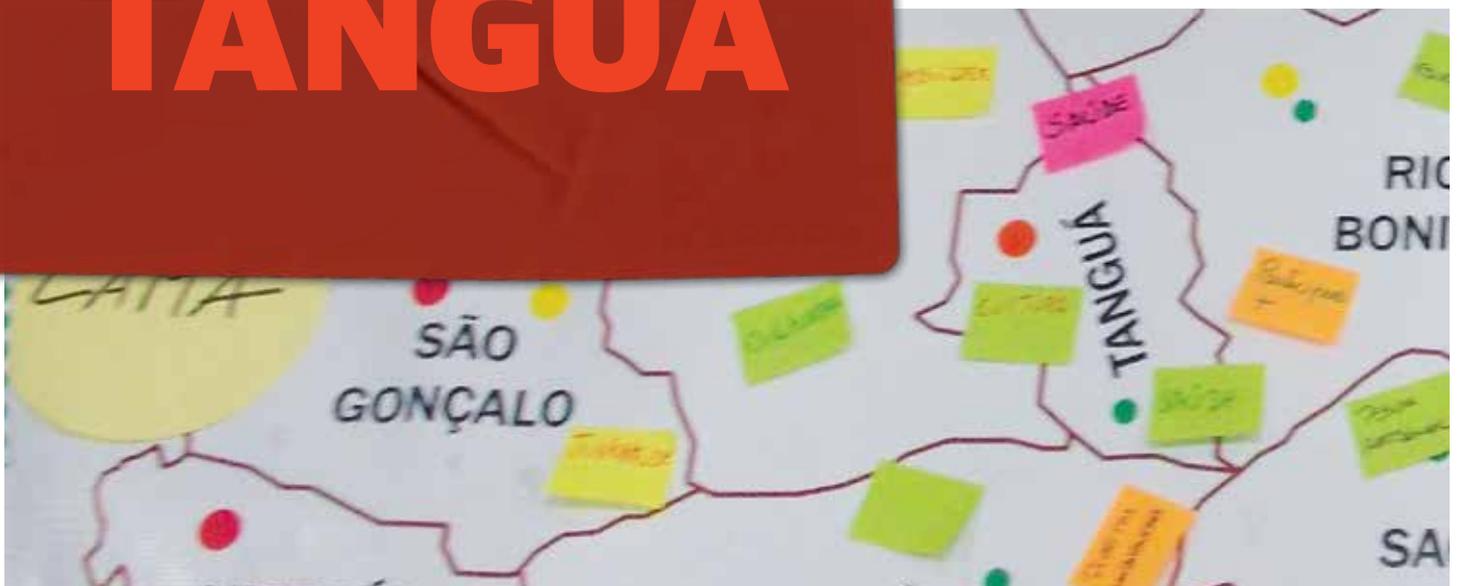




CADERNOS MUNICIPAIS DOS
INDICADORES DE CIDADANIA

TANGUÁ



**CADERNOS MUNICIPAIS
DOS INDICADORES
DE CIDADANIA
TANGUÁ**

**CADERNOS MUNICIPAIS
DOS INDICADORES
DE CIDADANIA
TANGUÁ**

EQUIPE INCID

Coordenador Geral

Cândido Grzybowski

Coordenadora Técnica

Rita Corrêa Brandão

Coordenadora de Comunicação

Martha Neiva Moreira

Coordenador Administrativo

Manuel Gomes Alves

Pesquisadoras

Adriana B. Cardoso

Renata Feno Neves

Flávia Valença Lima

Bianca Arruda Soares

Assistente de Pesquisa

Rozi Billo

Assistente de Pesquisa Comunicação

Paula Brito

Estagiária de Comunicação

Fernanda Azevedo

Pesquisadoras/es Auxiliares

Daiana da Silva

Suellem Henriques da Silva

Renata Bazílio da Silva

Edivan Azevedo Silva da Costa

Hozana Beatriz Leite Cabral

Equipe de Campo

Supervisores/as

Gênesis de Oliveira Pereira

Manuela de Almeida Castor do Amaral

Robson de Aguiar Oliveira

Bruna Lasse Araújo

Articuladores/as locais

Aloha Xavier

Ana Bartira da Penha Silva

André de Souza Correia

Cristiane Benevenuto de Morais

Daiane Alves da Silva

Franciellen Fonseca

Gero Band

Glauco Silva de Oliveira

Hector Hugo Parra Fraile

Karla Karina Santos da Costa

Luciano Gomes Franklin

Monick Silva Dallia da Rosa

Ramon Vieira

Sérgio A. Paulino

Tatiane Costa dos Santos

Vinicius Gomes de Oliveira

Wellington Lyra

Zilair Barbosa Silva

Consultores/as do Grupo

de Referência Técnico-Científico

Adhemar Mineiro

Alexandre Ciconello

Carlos Frederico Loureiro

Débora Santana de Oliveira

Dulce Pandolfi

Eugênia Mota

Ilma Rezende

Marcos Otavio Bezerra

Nahyda Franca

Napoleão Miranda

Nelson Delgado

Regina Novaes

Wilson Madeira Filho

Consultores Estatísticos

Luiz Marcelo Ferreira Carvano

Leonardo de Carvalho Silva

SUMÁRIO

1.	A PROPOSTA DOS CADERNOS MUNICIPAIS DOS INDICADORES DE CIDADANIA	4
2.	APRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO: BREVE CARACTERIZAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DE TANGUÁ	6
3.	A REDE DE CIDADANIA ATIVA DE TANGUÁ.....	10
4.	ALGUNS INDICADORES QUE REVELAM O ESTADO DA CIDADANIA NO MUNICÍPIO	12
4.1	O Direito Social e Econômico e Cultural à Educação.....	12
4.2	O Direito Social e Econômico e Cultural à Saúde	20
4.3	O Direito Civil e Político à Participação e à Ação Cidadã	24
5.	OS PRÓXIMOS PASSOS E METAS DA REDE DE CIDADANIA ATIVA DE TANGUÁ.....	26
	ANEXOS	28
1.	Mapa da Cidadania do Direito à Saúde	28
2.	Mapa da Cidadania do Direito à Participação e Ação Cidadã	29
3.	Mapa da Cidadania do Direito à Educação	30

1

A PROPOSTA DOS CADERNOS MUNICIPAIS DOS INDICADORES DE CIDADANIA

O Sistema de Indicadores de Cidadania criado pelo projeto Incid é uma ferramenta composta por indicadores analíticos que tem como objetivo revelar o estado da cidadania e da democracia em 14 municípios localizados sob a área de influência do Comperj.¹ Visa ser um importante aporte à luta cidadã pela conquista e ampliação dos direitos de Cidadania, permitindo a avaliação, o acompanhamento e o controle social de políticas públicas garantidoras de direitos, ao longo do tempo.

Em sua segunda etapa o projeto tem como desafio tornar o Sistema Incid uma ferramenta reconhecida e utilizada pelas Redes de Cidadania Ativa Municipais, possibilitando a sua efetiva apropriação e uso pela Cidadania Ativa desses municípios.

Para que isso aconteça é preciso que os atores e atrizes sociais entendam e usem os indicadores para qualificar e fortalecer seus argumentos. Mais do que isso! É fundamental que a Cidadania Ativa seja, ela mesma, produtora de conhecimentos e não mera receptora. Que os indicadores sejam vistos como medidas usadas para ajudar a descrever a situação atual de um determinado problema, possibilitando comparações, verificações de mudanças ou tendências e servindo para avaliar e acompanhar as transformações do território em que vivem, podendo ser construídos e replicados autonomamente.

A discussão sobre os Indicadores de Cidadania junto às Redes de Cidadania Ativa Municipais vem sendo realizada desde janeiro de 2015. Nesse processo pedagógico de apropriação do Sistema como ferramenta, vários indicadores foram coletivamente reconstruídos, viraram “Incidinhos” (construção que permite revelar as diferenças intramunicipais) e novos indicadores foram criados e adicionados ao Sistema por demandas dos territórios. As Redes de Cidadania Municipais vêm, aos poucos, vivenciando os desafios e possibilidades que a produção e uso dos indicadores de cidadania aportam para suas lutas pela garantia de direitos.

Nesse processo, uma nova forma de produzir indicadores foi inaugurada: os Mapas da Cidadania - Indicadores-mapas que ampliam o olhar para as diferenças intramunicipais e conferem maior precisão para as análises sobre os territórios, ao jogar luz precisamente nos locais onde a cidadania ativa aponta violação de seus direitos.

A Metodologia dos Mapas da Cidadania foi construída e replicada junto às Redes em um processo que chegou ao final de sua primeira etapa em julho de 2015. Foram produzidos de forma participativa 37 Mapas sobre 5 direitos de cidadania.² Membros das Redes foram capacitados/as para realizarem medições de coordenadas geográficas com aparelhos de GPS para conferir maior precisão aos Mapas, e um rico processo de discussão sobre o estado de cada um dos direitos trabalhados foi realizado.

Os Cadernos Municipais dos Indicadores de Cidadania de cada um dos municípios refletem o processo de discussão, (re)construção de Indicadores e mapeamento participativo, expressando até onde cada uma das Redes de Cidadania Municipais chegou em seu processo de apropriação das Ferramentas do Projeto no período citado. Cabe ressaltar que os Mapas seguem sendo aperfeiçoados e completados pelas Redes com diversas discussões, levantamentos e apontamentos já realizados. Novos Mapas de diferentes direitos estão sendo construídos e serão inseridos na Plataforma Digital dos Mapas da Cidadania, disponível no site do Incid. As Redes de Cidadania Ativa Municipais constroem assim seus próximos passos avançando na elaboração de estratégias coletivas que possibilitam maior incidência sobre as decisões políticas em seus municípios e maior divulgação das informações sobre o estado dos direitos da população.

Cada Caderno Municipal dos Indicadores de Cidadania é único e representa o resultado de um amplo trabalho coletivo realizado pelas Redes de Cidadania Ativa Municipais. Boa leitura!

Equipe Incid

2

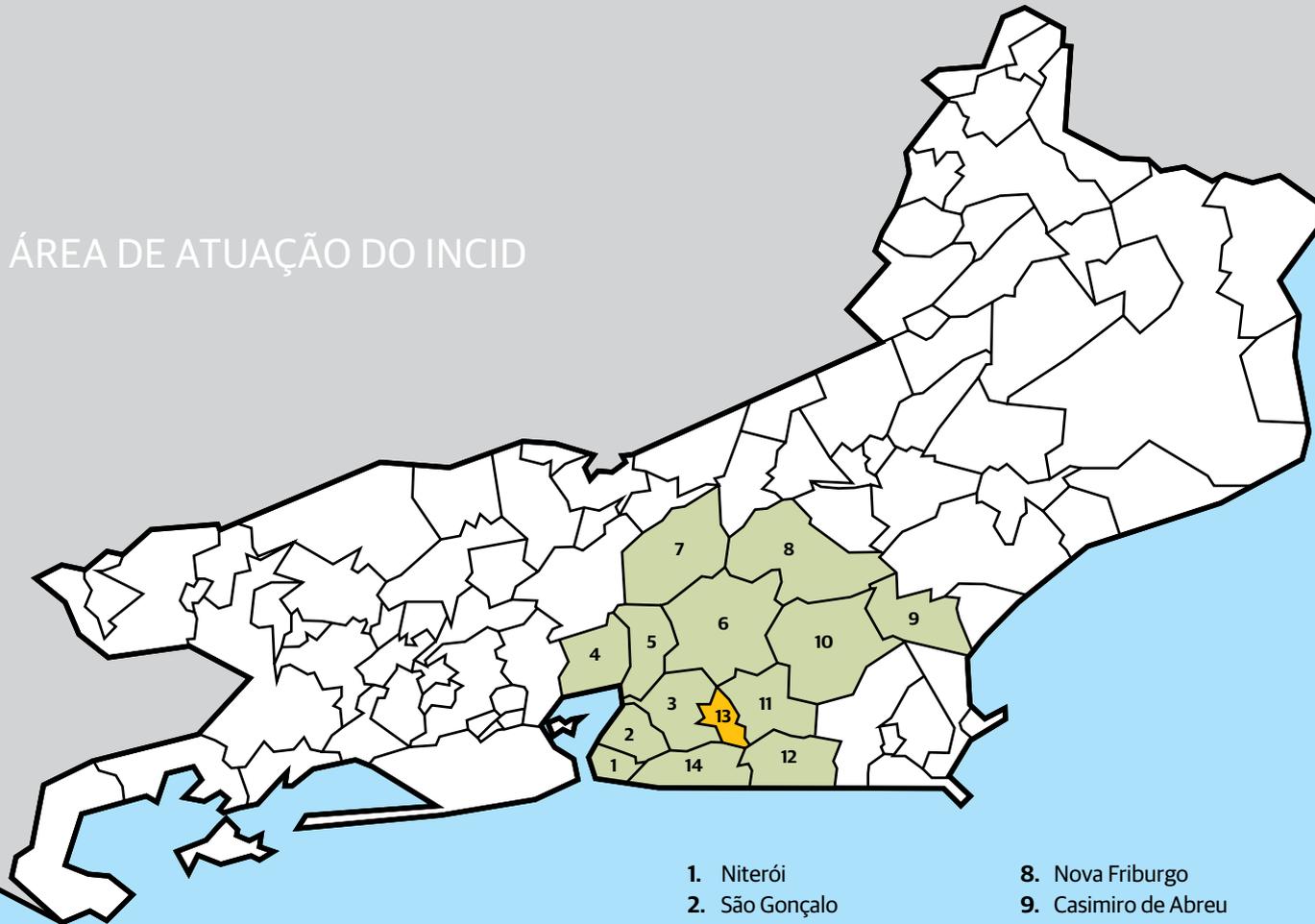
APRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO: BREVE CARACTERIZAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DE TANGUÁ

Data de 1670 a chegada do alferes Henrique Duque Estrada na sesmaria de nove léguas quadradas concedida pela Coroa de Portugal. Nessas terras foi erguido o Solar dos Duques, também chamado de Engenho dos Duques. No século XVIII Dom João concedeu a Pedro Freire Ribeiro uma sesmaria com uma légua quadrada por onde passava o rio Tanguá, que fazia limites com as terras dos sertões de Tanguá, expandindo o território onde hoje é o município de mesmo nome do rio.

A região, que era então ocupada por fazendas com cultivos de cana-de-açúcar, mandioca, milho e feijão,³ recebeu a estação ferroviária de Tanguá em 1878. Em 1920 iniciou-se a construção da Usina Tanguá de Moagem de Cana, passando a ferrovia a ter ainda mais importância para o escoamento do açúcar e álcool produzidos, tendo como destinos Niterói e Rio de Janeiro, onde eram comercializados.

Sendo a única usina do Brasil a destilar álcool anídrico, em 1933 a vila de Tanguá foi elevada à condição de 5º distrito de Itaboraí. Em 1936 o fazendeiro Manoel João Gonçalves associou-se à Empresa Agrícola e Industrial Fluminense, dando maior visibilidade ao distrito. Em 1969 foi inaugurada a primeira Estação Terrena de Comunicação por Satélite do Brasil, a Embratel. Em 1978 foi descoberta uma das maiores reservas de fluorita do Brasil, na Serra do Barbosão.

ÁREA DE ATUAÇÃO DO INCID



- | | |
|-------------------------|----------------------|
| 1. Niterói | 8. Nova Friburgo |
| 2. São Gonçalo | 9. Casimiro de Abreu |
| 3. Itaboraí | 10. Silva Jardim |
| 4. Magé | 11. Rio Bonito |
| 5. Guapimirim | 12. Saquarema |
| 6. Cachoeiras de Macacu | 13. Tanguá |
| 7. Teresópolis | 14. Maricá |

Somente em 28 de dezembro de 1995, após duas tentativas frustradas, Tanguá emancipou-se de Itaboraí. Nesse sentido, avalia-se que houve um avanço significativo para o município, que apresentou um crescimento populacional expressivo nas últimas décadas. De acordo com o Censo de 2010, o município possuía 30.732 habitantes, com estimativa de aumento para 32.426 em 2015.⁴

A principal perspectiva que tem marcado a evolução econômica de Tanguá é a substituição progressiva do setor primário na economia por uma divisão terciária das participações na geração de emprego. Segundo dados da Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro - Cide, em 2008, o PIB municipal concentrava-se na área do comércio e serviços, seguindo-se a da indústria e pecuária. O setor agrícola de Tanguá tem uma participação muito pequena na atividade econômica do município. Apesar de se destacar pela produção de laranja e da bala de coco, há uma grande dificuldade de comercialização e escoamento da produção.

Uma característica não econômica da região diz respeito à religiosidade. Em Tanguá há duas irmandades religiosas femininas. A primeira a ser instalada foi a Associação Missionária Coração de Maria, ainda em 1956. Além disso, a paróquia de Nossa Senhora do Amparo, padroeira da cidade, é uma das mais importantes obras arquitetônicas do município. Ao lado desta, em terreno doado pela família Gonçalves em 1966, foi erguido o convento onde atualmente vivem as carmelitas da Santíssima Trindade.

Tanto a zona rural quanto a urbana são atendidas pelo sistema de iluminação elétrica e de telefonia fixa, cabendo atuação da telefonia móvel na área urbana e em algumas localidades rurais. Quanto à comunicação, a população dispõe de internet discada, banda larga, rádio e jornais locais.

Sobre a garantia do direito à educação, o sistema municipal de ensino é composto por 21 escolas municipais; uma escola de qualificação profissional; duas creches públicas; e um centro integrado de educação e saúde. A rede estadual no município tem apenas duas escolas que ofere-



cem o ensino fundamental organizado por ano de ensino de escolarizaçãoV elas: Colégio Estadual Antonio Francisco Leal e Ciep João Baptista Caffaro.

Os atendimentos realizados no âmbito sócioassistencial também são um importante termômetro para diagnosticar o perfil social do município. Instituído em 1988 pela Constituição Federal, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) constitui uma das mais importantes ferramentas da distribuição de renda via assistência social. Além do BPC, esta também desenvolve diversos tipos de programas, ações e atendimentos, especialmente considerando seus espaços institucionais, como os Centros de Referenciais da Assistência Social (Cras) e o Programa de Atenção Integral à Família (Paif). Além desses, o cadastro no sistema de Cadastro Único e no Bolsa Família também é de responsabilidade dos assistentes sociais que desenvolvem seus trabalhos nos cinco Cras do município.

Na área da saúde, a situação é satisfatória, visto que o atendimento ambulatorial no Centro de Especialidade José Pelegrini funciona de segunda a sexta em horário integral, atendendo às necessidades das pessoas encaminhadas para acompanhamento. No ambulatório de saúde mental são oferecidos os serviços de psiquiatria, neurologia e psicologia, e ainda realiza os exames de eletroencefalograma.

O departamento de vigilância e promoção da saúde é o órgão responsável por todas as coordenadorias da saúde do município. Dois importantes exemplos dessa gestão são o Centro de Odontologia e a criação do Centro de Atenção Psicossocial (Caps) e Residência Terapêutica. O primeiro conta com uma equipe de profissionais que oferecem o serviço de próteses dentárias em locais fixos e também no caminhão itinerante. Já os locais acima referidos substituíram o Hospital

Colônia de Rio Bonito, oferecendo melhor qualidade de tratamento dos pacientes, próximos também de suas famílias.

Outro ganho da saúde foi a instalação de uma rede de refrigeração, interligada ao estado, adequada para o armazenamento de vacinas. Um exemplo de sucesso foi a campanha da vacina contra a influenza, que demonstrou que o município vem aumentando de forma significativa o número de pessoas vacinadas. É importante salientar também que o município continua ampliando o atendimento básico ambulatorial, buscando a meta de cobertura de 100% na Atenção Básica.

A Policlínica Demerval Garcia de Freitas tornou-se uma referência no município e também ao seu entorno. A emergência pediátrica é a mais procurada pelos pacientes, tanto locais quanto da região. Em média, são realizados 250 atendimentos por dia, com pico de 400 em certas ocasiões. A policlínica conta ainda com exames de raios X e laboratório próprio para realização de exames de sangue. Os casos mais graves são encaminhados para a sala vermelha.

O saneamento apresenta uma dívida grande com relação ao atendimento de água, ainda muito precário devido ao fornecimento feito pela Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae), que abastece poucos bairros. A dívida se estende ainda para o saneamento básico, que hoje é um dos motivos de maiores queixas também dos municípios adjacentes.

A jovem cidade de Tanguá, com apenas 20 anos a completar de emancipação, ainda possui poucos recursos próprios, sendo de grande relevância os diversos repasses feitos pela União. Nesse contexto, há ainda a esperança de uma união maior da sociedade tanguaense, principalmente a Cidadania Ativa, para que juntos se lute por melhorias do município.

3

A REDE DE CIDADANIA ATIVA DE TANGUÁ

Iniciativas como a Rede de Cidadania Ativa de Tanguá mostram que, mesmo em número reduzido, é possível manter uma atuação conjunta na busca de melhores condições de vida para toda a população. Acreditamos que o perfil da Rede de Cidadania Ativa de Tanguá fortalece o sentimento que precisamos de participação das pessoas, sejam elas militantes de entidades ou apenas cidadãos e cidadãs.

Hoje temos um mínimo de cidadãos e cidadãs - líderes, bravos guerreiros e companheiros sempre engajados na causa de Tanguá -, que voltam seus esforços com vontade de que algo mais aconteça, sempre na luta por melhoria de nosso município. São eles: Breno Martins (Breno de Duques); Marinete de Paula (Ass. de Moradores de Vila Cortes - Amovic); Elias Luz (AfroLuz); Ricardo Ferreira (Ricardinho); José Carlos Ferreira (Zezinho), Jonathan Loredó (Agência Papagoiaba).



4

ALGUNS INDICADORES QUE REVELAM O ESTADO DA CIDADANIA EM TANGUÁ

4.1 - O DIREITO SOCIAL, ECONÔMICO E CULTURAL À EDUCAÇÃO

Os Mapas da Cidadania do Direito à Educação são mapeamentos participativos que contribuem para revelar o estado do Direito à Educação nos municípios da Área de Atuação do Incid (AAI). Consistem em mais um instrumento de avaliação da efetividade da cidadania nesse território.

ALÉM DE TANGUÁ, AS REDES DE CIDADANIA ATIVA MUNICIPAIS QUE OPTARAM POR AVALIAR COMO ANDA O ESTADO DO DIREITO À EDUCAÇÃO NOS SEUS MUNICÍPIOS FORAM: NITERÓI, NOVA FRIBURGO, RIO BONITO, TERESÓPOLIS E MARICÁ.

ENTENDEMOS O CONJUNTO DE 14 MUNICÍPIOS DA AAI, A REGIÃO DO LESTE FLUMINENSE, COMO UM TERRITÓRIO DE RESISTÊNCIAS CIDADÃS. ESPAÇO ONDE SURTEM POSSIBILIDADES DE SINERGIAS, SE CONSTROEM REFLEXÕES COLETIVAS ACERCA DAS VIOLAÇÕES DE DIREITOS, LAÇOS DE SOLIDARIEDADE E FORMAS COMPARTIDAS DE ARTICULAÇÃO PARA SE AVANÇAR NAS CONQUISTAS PELA MELHORIA DOS DIREITOS E NA CONSTRUÇÃO DE UM "TERRITÓRIO DE CIDADANIA". MAIS INFORMAÇÕES SOBRE ESSE ASSUNTO EM: "INTRODUÇÃO AO INCID", DISPONÍVEL PARA CONSULTA EM: [HTTP://INCIDORG3BR/BIBLIOTECA/](http://incidorq3br/biblioteca/)

No Sistema de Indicadores Incid é possível avaliar o estado do Direito à Educação através das diferentes dimensões da Cidadania, considerando que o acesso à educação escolar e ao conhecimento, sem distinção de raça, idade, gênero e local de moradia, é indispensável para o fortalecimento da Cidadania.

O SISTEMA DE INDICADORES DE CIDADANIA INCID EXPRESSA UMA FORMA DE OLHAR OS DADOS SOB A PERSPECTIVA DE CIDADANIA EFETIVA, AVALIANDO O "ESTADO" DOS DIREITOS A PARTIR DE SITUAÇÕES CONCRETAS DOS TERRITÓRIOS POR MEIO DE QUATRO DIMENSÕES COMPLEMENTARES: A CIDADANIA VIVIDA, A CIDADANIA GARANTIDA, A CIDADANIA PERCEBIDA E A CIDADANIA ATIVA.

Assim, na dimensão da Cidadania Vivida, os indicadores que até agora compõem o Sistema Incid, jogam luz sobre três situações fundamentais quando pensamos no Direito à Educação: as taxas de analfabetismo ainda existentes em pleno século XXI, a demanda por educação infantil e as taxas de exclusão dos/as jovens das escolas buscando revelar a situação do Direito à Educação na AAI com os seguintes indicadores, respectivamente: Situação do Acesso à Alfabetização, Situação da Demanda por Educação Infantil e Situação da Exclusão dos/as Jovens da Escola), possibilitando um olhar comparativo entre os 14 municípios e um olhar mais geral para toda a AAI.

Os resultados apontam situações de exclusão e violações de direitos vivenciadas por toda a população do território. Em Tanguá, observa-se que 8,9% da população com 15 anos ou mais não teve acesso à alfabetização, o que corresponde a aproximadamente 2.146 pessoas sem escolarização no município. Essa é uma das mais altas taxas de pessoas sem alfabetização da AAI. A taxa de crianças de 0 a 6 anos que não frequentam creches e pré-escolas é de 89,4% e 43,9%, respectivamente, o que revela também ser alto o índice de crianças que não frequentam a educação infantil. O percentual de jovens de 15 a 17 anos fora da escola também é um dos maiores da AAI: 15% do total de jovens com idade para cursar o ensino médio está fora das escolas. Todos esses indicadores foram construídos com base no Censo 2010 do IBGE.⁵

A LEI FEDERAL 13.005, DE JUNHO DE 2014, QUE APROVOU O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE) COM VIGÊNCIA POR 10 ANOS, É UM DOCUMENTO IMPORTANTE PARA ESTABELECEER PARÂMETROS PARA AVALIAÇÃO DO ESTADO DO DIREITO À EDUCAÇÃO NOS MUNICÍPIOS. O PNE ESTABELECE DIRETRIZES E METAS QUE DEVEM SER CUMPRIDAS NESSE PERÍODO, PREVENDO, ENTRE OUTROS, - A ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO ABSOLUTO E ELEVAÇÃO DA TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO COM 15 ANOS OU MAIS; - A UNIVERSALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO ESCOLAR COM METAS DE AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE VAGAS EM TODOS OS SEGMENTOS, INCLUSIVE NA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA ATENDER A TOTALIDADE DAS CRIANÇAS DE 4 A 5 ANOS E, PELO MENOS, 50% DAS CRIANÇAS DE 0 A 3 ANOS; - E A UNIVERSALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO ESCOLAR PARA TODA A POPULAÇÃO DE 15 A 17 ANOS. PARA TER ACESSO À LEI: [HTTP://WWW2.CAMARA.LEG.BR/LEGIN/FED/LEI/2014/LEI-13005-25-JUNHO-2014-778970-PUBLICACAORIGINAL-144468-PL.HTML](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html)

Avaliando o Direito à Educação sob a dimensão da Cidadania Garantida, ou seja, as ações do Estado para garantir o Direito à Educação em toda a AAI, os indicadores até agora construídos para o Sistema Incid avaliam os esforços do poder público na: 1) Garantia de Investimento na Educação; 2) Garantia da Oferta de Creches; 3) Garantia de Ambientes de Acesso à Informação; 4) Garantia da Qualidade na Educação Básica; 5) Garantia de Qualificação dos Docentes; e 6) Garantia da Oferta de Educação Técnica e Profissional.⁶

Em Tanguá, os índices do indicador Garantia de Investimento na Educação revelam que, em 2011, comparativamente, o município foi um dos que teve o menor gasto por aluno/a matriculado/a no ensino fundamental da rede pública, investindo o valor de R\$ 3.709,82 para cada aluno/a, o que o faz constar como segundo município que menos investiu recursos por aluno/a na AAI. O gasto do município por aluno/a do ensino fundamental ficou um pouco abaixo do investimento realizado no Estado do Rio de Janeiro, que gastou R\$ 3.713,13 por aluno/a no mesmo ano, mas ultrapassou o valor mínimo de R\$ 1.722,05 estabelecido para o ano pelo Ministério da Educação - MEC.

⁵ Os indicadores podem ser acessados em: <http://incid.org.br/>

⁶ Os indicadores podem ser acessados em: <http://incid.org.br/>

Os dados dos indicadores Garantia de Ambientes de Acesso à Informação nas Escolas e Garantia de Qualidade na Educação Básica também revelam que o município tem um dos piores desempenhos quando comparado aos demais municípios da AAI. Avaliando os dados disponíveis, apesar da melhora percentual nos últimos anos, o Censo Escolar de 2014 revela que apenas 47% dos/as alunos/as matriculados/as no ensino fundamental da rede pública de Tanguá frequentavam escolas com laboratórios de informática e biblioteca, ficando abaixo da média da AAI, que foi de 60,7%. Já com relação ao desempenho medido pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que permite avaliar a Garantia de Qualidade na Educação Básica, observa-se que houve uma queda no índice do município entre 2011 e 2013. Em 2013, nos anos iniciais do ensino fundamental, o índice do município foi de 4,3, nos anos finais do ensino fundamental, o índice foi de 3,1, o que o levou a ocupar, respectivamente, o terceiro e o segundo pior lugar quando comparado ao desempenho dos 14 municípios da AAI. E em ambos os casos o índice do município ficou abaixo dos Estado do Rio de Janeiro, que foi de 4,9 nos anos iniciais e de 3,9 nos anos finais do ensino fundamental.

Os dados do indicador Garantia de Qualificação dos Docentes também revelam que a cidade de Tanguá possui um dos piores percentuais quando se avalia o número de professores/as que têm ensino superior e estão lecionando em escolas públicas na região: observa-se que houve aumento do número de professores/as com ensino superior nos últimos anos, passando de 32% em 2010 para 58% em 2014, mas ainda assim 42% dos docentes das escolas da rede pública não têm ensino superior.

Também quando analisamos os dados do indicador Garantia de Oferta de Educação Técnica e Profissional observamos que o município de Tanguá se destaca por haver exclusivamente matrículas na rede privada de ensino. Esse dado permite inferir que, não sendo garantido pelo Estado, a oferta do ensino técnico e profissionalizante tem impulsionado um mercado profícuo numa região com demanda crescente por qualificação após o anúncio da implantação do Comperj.

Apenas ao analisar o segmento da educação infantil, com os dados do indicador Garantia da Oferta de Creches, avalia-se que há no município um esforço do setor público para ofertar creches para a população. De acordo com os dados levantados, a rede pública corresponde 81% do total de creches do município.

O PNE TAMBÉM DISPÕE SOBRE AS METAS PARA A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA, ESTABELECE MÉDIAS NACIONAIS PARA O IDEB; PREVÊ, NO PRAZO DE VIGÊNCIA DE 1 ANO DA LEI, A EXECUÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO DOS/AS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, ASSEGURANDO QUE TODOS/AS PROFESSORES/AS DA EDUCAÇÃO BÁSICA TENHAM FORMAÇÃO ESPECÍFICA DE NÍVEL SUPERIOR; E DETERMINA IGUALMENTE METAS PARA A EXPANSÃO DAS MATRÍCULAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, NO ENSINO MÉDIO E NO ENSINO FUNDAMENTAL, NA FORMA INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.

Na dimensão da Cidadania Percebida, os dados trazem informações sobre a percepção dos/as cidadãos/as de cada um dos municípios da AAI sobre o acesso, a inclusão e as desigualdades no direito à educação a partir dos indicadores Percepção sobre o Direito à Educação; Percepção sobre Inclusão na Educação; Percepção sobre Diferença e Educação.⁷

Analisando os indicadores, é possível observar que, em Tanguá, 44,9% das pessoas entrevistadas no município consideraram que os serviços de educação atendem adequadamente as suas necessidades e as de sua família. O município possui um dos maiores índices da AAI de pessoas que avaliam que outras pessoas da cidade têm acesso adequado aos serviços de educação: 54,4% percebem que há inclusão na Educação, percentual que supera a média da região, que foi de 49,9%.

Diante desse cenário, o olhar para a participação cidadã pelo Direito à Educação no município, analisada através da dimensão da Cidadania Ativa, revela que, em 2014, na cidade de Tanguá, a proporção era de 0,31 espaços de cidadania que atuam pelo Direito à Educação para cada 10.000 habitantes do município, isto é, há menos de um espaço que luta pelo direito à educação por 10.000 habitantes. Esse percentual de espaços de participação cidadã foi construído a partir dos dados do Banco de Dados de Espaços e Ações Cidadãs do Incid.⁸

⁷ Os indicadores podem ser acessados em: <http://incid.org.br/>

⁸ Os indicadores podem ser acessados em: <http://incid.org.br/>

Mapa da cidadania do direito à educação

OS MAPAS DA CIDADANIA, COMO PARTE DO SISTEMA DE INDICADORES DE CIDADANIA INCID, EXPRESSAM UMA FORMA DE OLHAR OS DADOS SOB A PERSPECTIVA DE CIDADANIA EFETIVA, AVALIANDO O "ESTADO" DA DEMOCRACIA E SUA SUSTENTABILIDADE A PARTIR DE SITUAÇÕES CONCRETAS DOS TERRITÓRIOS POR MEIO DE QUATRO DIMENSÕES COMPLEMENTARES: A CIDADANIA VÍVIDA, A CIDADANIA GARANTIDA, A CIDADANIA PERCEBIDA E A CIDADANIA ATIVA.

Os Mapas da Cidadania do Direito à Educação discutidos e qualificados pelas Redes de Cidadania Ativa Municipais foram construídos com base no levantamento de dados do Censo Escolar 2014 realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep. Como ponto de partida das discussões, foram efetuados o georreferenciamento das escolas públicas dos municípios nos três segmentos da Educação Básica e a apresentação dos dados dos indicadores: Direito à Educação: Garantia da Qualidade na Educação Básica e Garantia de Ambientes de Acesso à Informação na Escola.

O CENSO ESCOLAR É UM LEVANTAMENTO DE DADOS ESTATÍSTICOS EDUCACIONAIS DE ÂMBITO NACIONAL REALIZADO TODOS OS ANOS. ELE É FEITO PELO INEP A PARTIR DE DADOS FORNECIDOS PELAS SECRETARIAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E COM A PARTICIPAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS DO PAÍS. OS DADOS USADOS PARA ELABORAÇÃO DO MAPA DA CIDADANIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO UTILIZADOS PARA ANÁLISE NESTA PUBLICAÇÃO CORRESPONDEM AO LEVANTAMENTO REALIZADO NO ANO DE 2013, DIVULGADO NO CENSO ESCOLAR DE 2014. O CENSO ESCOLAR PODE SER CONSULTADO EM: [HTTP://PORTAL.INEP.GOV.BR/BASICA-CENSO](http://portal.inep.gov.br/basica-censo)

O intuito foi, por um lado, utilizando as ferramentas do Incid, partir de uma reflexão que desse visibilidade e promovesse um debate sobre o Direito à Educação em nível intramunicipal a partir da dimensão da **Cidadania Garantida**, que permite avaliar os esforços do poder público para garantia desse direito. Por outro lado, buscou-se, de modo participativo, agregar informações relevantes para a Cidadania Ativa que contribuem para avaliar o estado do Direito à Educação e apoiar a luta pela melhoria das condições na Educação.

A REDE DE CIDADANIA ATIVA DE TANGUÁ REALIZOU UM ENCONTRO PARA CONSTRUÇÃO DO MAPA DA CIDADANIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO, MOBILIZANDO QUATRO REPRESENTANTES DE ORGANIZAÇÕES E MILITANTES DA CIDADE QUE SE ENCONTRARAM NA CASA DAS IRMÃS (ASSOCIAÇÃO MISSIONÁRIAS DO CORAÇÃO DE MARIA) NO MÊS DE MAIO DE 2015.

Para a Cidadania Ativa de Tanguá, o Mapa da Cidadania do Direito à Educação é uma importante ferramenta para pôr em evidência dados concretos sobre o Direito à Educação no município, considerando que esse é um Direito fundamental para garantir a transformação para uma sociedade melhor, menos violenta, mais justa e igualitária.

O Mapa da Cidadania do Direito à Educação de Tanguá contém, assim, dados da dimensão da **Cidadania Garantida**, que permitem avaliar os esforços do poder público para garantia do Direito à Educação, qualificados com a percepção dos/as integrantes da Rede de Cidadania Ativa, que correspondem à dimensão da **Cidadania Percebida**.

É possível visualizar, por exemplo, as áreas em que não há cobertura da rede de ensino, evidenciando os distritos descobertos. Essa situação afeta mais diretamente o acesso à educação dos/as jovens, pois ficou evidente que há uma única escola pública localizada no centro da cidade que garante a oferta do ensino médio para a população.

Para a elaboração do Mapa da Cidadania do Direito à Educação de Tanguá também foram levantados dados que permitem avaliar as dimensões da **Cidadania Viva e Garantida**. Alguns desses dados poderão ser visualizados na versão digital dos Mapas da Cidadania, a partir da plataforma disponível para ser acessada no site do Projeto Incid. Eles aparecem aqui em forma de tabelas e gráficos para possibilitar a avaliação da efetividade ou violação da garantia do Direito à Educação no município.

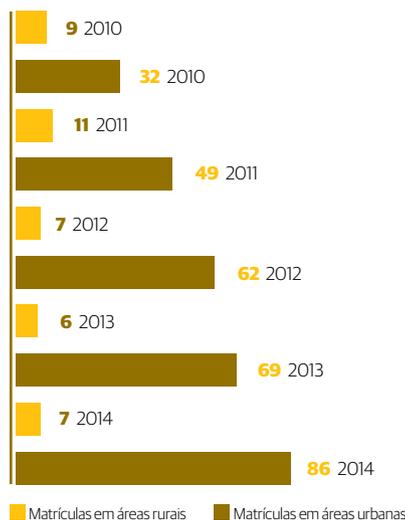
UM DOS DADOS QUE COMPLEMENTA A VERSÃO DIGITAL DO MAPA DA CIDADANIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO DE TANGUÁ É A SITUAÇÃO DOS ALUNOS/AS INSCRITOS/ES EM CLASSES ESPECIAIS E NA MODALIDADE INCLUSIVA. COMO DESDOBRAMENTO DA DISCUSSÃO SOBRE O INDICADOR GARANTIA DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA, QUE REVELA AS NOTAS DO IDEB, ANOS INICIAIS E ANOS FINAIS, NAS ESCOLAS EM QUE HÁ O DADO DISPONÍVEL. AINDA COMO RESULTADO DA DISCUSSÃO DOS INDICADORES DA DIMENSÃO DA CIDADANIA GARANTIDA CONSTRUÍDOS PELO PROJETO INCID, A REDE DESTACOU A IMPORTÂNCIA DE APRESENTAÇÃO NA PUBLICAÇÃO MUNICIPAL, DOS DADOS DO INDICADOR DIREITO À IGUALDADE E DIVERSIDADE: GARANTIA DE QUALIFICAÇÃO DOS DOCENTES PARA A DIVERSIDADE E, FINALMENTE, PARA ALÉM DOS DADOS JÁ EXISTENTES NO SISTEMA DE INDICADORES - INCID, A REDE DE CIDADANIA ATIVA DE TANGUÁ INCLUIU NO MAPA DADOS QUE PERMITEM VERIFICAR EM QUAIS ESCOLAS É GARANTIDA A ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E NAS QUAIS HÁ RECURSOS PARA EFETIVAR A EDUCAÇÃO INCLUSIVA.

Cidadania Vivida

Para a Rede de Cidadania Ativa de Tanguá é relevante conhecer a situação de estudantes com necessidades educacionais especiais no município para avaliar se a infraestrutura existente nas escolas atende a demanda das crianças e adolescentes com deficiência e outras necessidades educacionais especiais. De 2010 a 2014, o número de matrículas de alunos/as em modalidades de educação inclusiva e classes comuns (incluídos/as) se comportou de modo distinto se olharmos para a área urbana e a área rural. Segundo dados do Inep/MEC, a taxa de matrículas é a seguinte:

Direito à Educação: Situação de Alunos/as com Necessidades Educacionais Especiais em Tanguá

Número de alunos/as matriculados em classes especiais e incluídos/as nas áreas rurais e urbanas - 2014



Fonte: MEC/Inep/DEED, 2010/2011/2012/2013/2014

Nas áreas urbanas, as matrículas cresceram de 2010 a 2014: de 32, em 2010, para 86, em 2014, um aumento de mais de 150% no período. Na área rural, entre 2010 e 2011 houve um pequeno aumento e logo em seguida um decréscimo nas matrículas de alunos/as em modalidades de educação inclusiva.

Cidadania Garantida

A Rede de Cidadania Ativa de Tanguá, ao analisar a localização e distribuição das escolas existentes no município, avaliou que no Mapa é possível notar a concentração de escolas nos perímetros urbanos da cidade e que ainda há escassez de escolas nas áreas rurais do município: das 34 escolas existentes, 22 estão localizadas no perímetro urbano do município, o que corresponde a quase 65% do total de escolas do município.

Essa escassez se revela prioritariamente na pouca oferta de escolas no segmento do ensino médio, segmento de ensino que compete ao Governo do Estado garantir para a população. Essas escolas ofertam a escolarização para uma média de 2.634 jovens entre 15 e 19 anos, conforme dados do Censo de 2010 do IBGE, logo, com idade para cursar o ensino médio. Fica, assim, evidenciado que há insuficiência de unidades escolares que garantam a oferta do ensino médio para a população de Tanguá, escassez que afeta diretamente a escolarização dos/as jovens, especialmente daqueles/as que residem nas áreas rurais.

Como resultado da discussão dos indicadores da dimensão da Cidadania Garantida construídos pelo Projeto Incid, as/os integrantes dessa Rede destacaram a importância de constar no Mapa da Cidadania do Direito à Educação as notas do Ideb das escolas do município. O objetivo é acompanhar as notas das escolas e avaliar quais as que têm

as melhores notas e quais as que possuem as piores notas. Por enquanto, os dados do Censo Escolar 2014 revelam que a maioria das escolas públicas de Tanguá não participou ou não atendeu os requisitos necessários para cálculo do desempenho (ver tabela no anexo).

Outra discussão relevante para as/os integrantes da Rede de Cidadania Ativa de Tanguá é a existência do racismo institucional, que afeta a escolarização de homens negros e mulheres negras do município. Conforme observam, o sistema educacional público brasileiro tem contribuído, ao longo do tempo, com a afirmação do estereótipo do homem/mulher negro/a como ser humano inferior. De um lado, identificam que os materiais didáticos reproduzem as imagens dos/as negros/as, bem como de sua cultura, de forma negativa; de outro, observam que as/os profissionais das escolas, diante de uma atitude racista contra os/as alunos/as negros/as e até contra seus/suas colegas de trabalho, não tomam nenhuma atitude, pois estão despreparados/as para lidar com essas situações sob os aspectos ético, moral e principalmente intelectual.

CONFORME DEFINIÇÃO DO GUIA DE ENFRENTAMENTO DO RACISMO INSTITUCIONAL (ONU BRASIL/GELEDES/CFEMEA): "O CONCEITO DE RACISMO INSTITUCIONAL FOI DEFINIDO PELOS ATIVISTAS INTEGRANTES DO GRUPO PANTERAS NEGRAS, STOKELY CARMICHAEL E CHARLES HAMILTON, EM 1967 PARA ESPECIFICAR COMO SE MANIFESTA O RACISMO NAS ESTRUTURAS DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE E NAS INSTITUIÇÕES: TRATA-SE DA FALHA COLETIVA DE UMA ORGANIZAÇÃO EM PROVIDER UM SERVIÇO APROPRIADO E PROFISSIONAL ÀS PESSOAS POR CAUSA DE SUA COR, CULTURA OU ORIGEM ÉTNICA." NO BRASIL, O PROGRAMA DE COMBATE AO RACISMO INSTITUCIONAL (PCRI), IMPLEMENTADO EM 2005, DEFINIU O RACISMO INSTITUCIONAL COMO O FRACASSO DAS INSTITUIÇÕES E ORGANIZAÇÕES EM PROVIDER UM SERVIÇO PROFISSIONAL E ADEQUADO ÀS PESSOAS EM VIRTUDE DE SUA COR, CULTURA, ORIGEM RACIAL OU ÉTNICA. ELE SE MANIFESTA EM NORMAS, PRÁTICAS E COMPORTAMENTOS DISCRIMINATÓRIOS ADOTADOS NO COTIDIANO DO TRABALHO OS QUAIS SÃO RESULTANTES DO PRECONCEITO RACIAL, UMA ATITUDE QUE COMBINA ESTEREÓTIPOS RACISTAS, FALTA DE ATENÇÃO E IGNORÂNCIA. EM QUALQUER CASO, O RACISMO INSTITUCIONAL SEMPRE COLOCA PESSOAS DE GRUPOS RACIAIS OU ÉTNICOS DISCRIMINADOS EM SITUAÇÃO DE DESVANTAGEM NO ACESSO A BENEFÍCIOS GERADOS PELO ESTADO E POR DEMAIS INSTITUIÇÕES E ORGANIZAÇÕES.

Diante desse quadro, a Rede de Cidadania de Tanguá considera que se faz necessário investir em cursos de capacitação para todas as categorias dos/as trabalhadores/as da educação e é premente a implementação da Lei 10.639, de 2003, que determina a obrigatoriedade do ensino da "História e Cultura Africana e Afro-Brasileira".

A LEI 10639, DE JANEIRO DE 2003, ESTABELECE AS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, PARA INCLUIR NO CURRÍCULO OFICIAL DA REDE DE ENSINO A OBRIGATORIEDADE DA TEMÁTICA "HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA". PODE SER CONSULTADA EM: [HTTP://WWW.PLANALTO.GOV.BR/CCIVIL_03/LEIS/2003/L10639.HTM](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10639.htm)

O indicador Direito à Igualdade e Diversidade: Garantia de Qualificação dos Docentes para a Diversidade revela que, em Tanguá, conforme informações da Prefeitura, os professores/as da rede de ensino pública tiveram acesso a capacitação para abordar e conduzir a prática educativa nas temáticas raciais e de gênero.⁹ Segundo dados do Censo Escolar 2014, no município, o percentual de Docentes com Formação Continuada em Educação para as relações étnico-raciais e história e cultura afro-brasileira e africana é de apenas 0,6% do total de 1.617 docentes.

Todavia, para as/os integrantes da Rede de Cidadania Ativa é relevante saber em quais escolas especificamente há garantia de existência de uma educação antirracista em que é efetivo o ensino da história e cultura afro-brasileira, dados que somente podem ser obtidos junto aos órgãos públicos competentes em níveis municipal e estadual.

Além desses indicadores, a Rede de Cidadania Ativa de Tanguá considerou a relevância de constarem no Mapa dados que permitem verificar em quais escolas é garantida a acessibilidade para alunos/as e professores/as com deficiência e em que há recursos para atender estudantes com necessidades educacionais especiais. Para a Rede, a identificação dessas escolas no Mapa tem o objetivo de avaliar se no município é garantida a execução da política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.

⁹ O indicador pode ser consultado em www.incid.org.br.

O DECRETO Nº 5296 DE 2004, ART. 8, QUE ESTABELECE AS NORMAS GERAIS E CRITÉRIOS BÁSICOS PARA A PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE DAS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA OU COM MOBILIDADE REDUZIDA, INSTITUI: "PARA OS FINS DE ACESSIBILIDADE, CONSIDERA-SE: I-ACESSIBILIDADE: CONDIÇÃO PARA UTILIZAÇÃO, COM SEGURANÇA E AUTONOMIA, TOTAL OU ASSISTIDA, DOS ESPAÇOS, MOBILIÁRIOS E EQUIPAMENTOS URBANOS, DAS EDIFICAÇÕES, DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE E DOS DISPOSITIVOS, SISTEMAS E MEIOS DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO, POR PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA OU COM MOBILIDADE REDUZIDA." ESSE DECRETO PODE SER CONSULTADO EM: [HTTP://WWW.PLANALTO.GOV.BR/CCIVIL_03/_ATO2004-2006/2004/Decreto/D5296.HTM](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm)

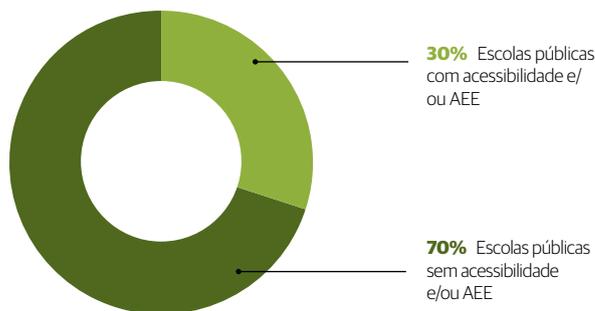
SEGUNDO ALONSO (2013), "A EDUCAÇÃO INCLUSIVA COMPREENDE A EDUCAÇÃO ESPECIAL DENTRO DA ESCOLA REGULAR E TRANSFORMA A ESCOLA NUM ESPAÇO PARA TODOS. ELA FAVORECE A DIVERSIDADE NA MEDIDA EM QUE CONSIDERA QUE TODOS OS ALUNOS PODEM TER NECESSIDADES ESPECIAIS EM ALGUM MOMENTO DE SUA VIDA ESCOLAR". DESTACA-SE, ENTRETANTO A NECESSIDADE DE "UMA ATITUDE EDUCATIVA ESPECÍFICA DA ESCOLA" QUE GARANTA CONDIÇÕES PARA TORNAR EFETIVO O PROCESSO DE APRENDIZAGEM E FORMAÇÃO DE TODOS/AS ESTUDANTES, SENDO OBRIGAÇÃO DO ESTADO FORNECER OS RECURSOS E APOIOS ESPECIALIZADOS NECESSÁRIOS PARA TAL, O QUE COMPETE À CIDADANIA GARANTIDA. ESSES RECURSOS E APOIOS COMPREENDEM DESDE A REESTRUTURAÇÃO FÍSICA DAS ESCOLAS, PROPORCIONANDO ACESSIBILIDADE, A INTRODUÇÃO DE RECURSOS E TECNOLOGIAS ASSISTIVAS, A OFERTA DE PROFISSIONAIS DO ENSINO ESPECIAL E A FORMAÇÃO DOS/AS PROFESSORES/AS PARA INCLUSÃO.

O DECRETO Nº 6571/2008 DETERMINA QUE OS SISTEMAS DE ENSINO DEVEM GARANTIR A MATRÍCULA DOS/AS ALUNOS/AS COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO E ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO NAS CLASSES COMUNS DO ENSINO REGULAR E NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) OFERTADO EM SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCAIONAIS OU EM CENTROS DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO DA REDE PÚBLICA OU INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS. NO PNE, ENTRE OUTRAS METAS E PROPOSTAS INCLUSIVAS, DESTACA-SE A NOVA FUNÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL COMO MODALIDADE DE ENSINO DE TODOS OS SEGMENTOS DA ESCOLARIZAÇÃO (DA EDUCAÇÃO INFANTIL AO ENSINO SUPERIOR); E ESTABELECE O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) DISPONIBILIZANDO SERVIÇOS E RECURSOS PRÓPRIOS PARA ORIENTAÇÃO DE ALUNOS/AS E PROFESSORES/AS PARA ATUAÇÃO NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.

Conforme os dados disponibilizados no Censo Escolar 2014, do total de 34 escolas, sendo 26 escolas da rede pública, apenas 6 escolas públicas do município garantem acessibilidade para pessoas com deficiência, e somente 2 ofertam atendimento educacional para alunos/as com necessidades educacionais especializadas, totalizando 8 escolas públicas com algum tipo de recurso para promoção de uma educação na perspectiva inclusiva, o que representa 30% da rede pública de ensino. Já o número de docentes com formação continuada específica para educação especial é de 2,9% do total de 1.617.

Direito à Educação: Garantia de Escolas com Educação Inclusiva em Tanguá

Taxa de escolas da rede pública que garantem acessibilidade ou AEE



Essa informação permite constatar que o Direito à Educação de qualidade para todos e todas não está sendo assegurado no município sem haver discriminação de qualquer espécie, conforme determina a Constituição Federal de 1988.

DE ACORDO COM A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, A EDUCAÇÃO É "DIREITO DE TODOS" (ART. 205), DEVENDO O ENSINO SER MINISTRADO COM RESPEITO AOS SEGUINTE PRINCÍPIOS, DENTRE OUTROS: I) "IGUALDADE DE CONDIÇÕES PARA O ACESSO E A PERMANÊNCIA NA ESCOLA", II) "LIBERDADE DE APRENDER" E "ENSNAR", III) "PLURALISMO DE IDEIAS E CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS", E IV) "GARANTIA DE PADRÃO DE QUALIDADE" (ART. 206). AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA GOZAM DE TODOS OS DIREITOS PREVISTOS NA CONSTITUIÇÃO E NAS LEIS, SENDO ESPECIFICADO O DEVER DO ESTADO DE PROMOVER "ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO AOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA, PREFERENCIALMENTE NA REDE REGULAR DE ENSINO" (ART. 208, III). AS GARANTIAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FICARAM MAIS EVIDENTES COM O DECRETO N° 3956, DE 2001 - QUE PROMULGA A CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA AS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA. O CONTEÚDO DO DECRETO N° 3956/ 2001 ESTÁ DISPONÍVEL PARA CONSULTA EM: [HTTP://WWW.PLANALTO.GOV.BR/CCIVIL_03/DECRETO/2001/D3956.HTM](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DECRETO/2001/D3956.HTM)

A Rede de Cidadania Ativa também acrescentou ao Mapa as escolas que fazem parte da rede privada de ensino. Do total de 34 escolas da cidade, 8 são escolas da rede privada, o que corresponde a 23% das unidades escolares existentes.

Cidadania Percebida

Para a Rede de Cidadania Ativa de Tanguá, o Mapa da Cidadania do Direito à Educação revela a carência de oferta de ensino médio no município, afetando especificamente os/as jovens que residem na área rural, que precisam se deslocar cotidianamente para o centro da cidade se quiserem dar continuidade à formação no ensino médio.

Outra observação da Rede, mas que ainda não pode ser visualizada no Mapa, é a existência do racismo institucional, que afeta a escolarização e afasta negros e negras do acesso à educação.

Do mesmo modo, alunos/as que necessitam de atendimento educacional especializado são excluídos por haver pouca oferta de escolas da rede pública que garantam o direito à educação especial.

Esses dados revelam as desigualdades vivenciadas no município, evidenciando que há mais facilidade de acesso ao Direito à Educação para os/as brancos/as, não portadores/as de necessidades educacionais especiais e para aqueles/as que residem nos centros urbanos.

Referências

ALONSO, Daniela. Os desafios da Educação Inclusiva: foco nas redes de apoio. Revista Escola, fevereiro de 2013. Disponível para consulta em: <http://revistaescolas.abril.com.br>. Artigo consultado em 14 de agosto de 2015.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988.

_____. Decreto 3.956/2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.

_____. Lei 10.639/2003. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

_____. Decreto 5.296/2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

_____. Decreto 6.571/2008. Estabelece a matrícula dos/as alunos/as com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE) ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou instituições comunitárias.

_____. Lei 13.005/2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.

_____. SPM/ GELEDES/ CFEMEA. Guia de Enfrentamento do Racismo Institucional. Brasil: Brasília, 2013.

INCID/IBASE. Relatórios dos Grupos de diálogo para construção dos mapas intramunicipais dos indicadores - Mapa da Cidadania do Direito à Educação. Tanguá: Maio de 2015.

4.2 - O DIREITO SOCIAL, ECONÔMICO E CULTURAL À SAÚDE

O Direito à Saúde, reconhecido como um Direito Humano fundamental, está inserido no conjunto dos Direitos Sociais, Econômicos e Culturais. Dizem respeito ao princípio de equidade e referem-se às condições básicas para manutenção e reprodução da vida individual e coletiva: acesso ao alimento; à educação; ao saneamento básico; à moradia; ao transporte; à seguridade social; à terra para produzir e viver; ao trabalho; à renda; ao lazer e à cultura.

SEGUNDO A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 (SEÇÃO II DA SAÚDE ART. 196) A SAÚDE É DIREITO DE TODOS E DEVER DO ESTADO, GARANTIDO MEDIANTE POLÍTICAS SOCIAIS E ECONÔMICAS QUE VISEM À REDUÇÃO DO RISCO DE DOENÇA E DE OUTROS AGRAVOS E AO ACESSO UNIVERSAL E IGUALITÁRIO ÀS AÇÕES E SERVIÇOS PARA SUA PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO.

Quais as condições de cidadania em um dado território quando avaliamos a situação do Direito à Saúde? Quais as políticas públicas ativas que contribuem e garantem o Direito à Saúde? Como a população local se percebe como cidadã portadora de direitos e deveres e avaliam o acesso de todos/as ao Direito à Saúde? Como está organizada e age a cidadania na luta pelo Direito à Saúde? Essas são as questões norteadoras que o Sistema Incid procura responder à luz das quatro dimensões da cidadania: **Cidadania Viva**, **Cidadania Garantida**, **Cidadania Percebida** e **Cidadania Ativa**.

No processo de reflexão sobre os indicadores do Direito à Saúde do Sistema Incid, um conjunto de dados ganha sentido a partir da apropriação dos militantes da Rede de Cidadania Ativa. Através do exercício de reconstrução de alguns dos indicadores do Direito à Saúde e da elaboração de um Mapa da Cidadania, os atores componentes da Rede de Cidadania Ativa de Tanguá se debruçam sobre o estado do Direito à Saúde no município. Busca-se assim, a percepção coletiva sobre o conjunto de indicadores. A Rede de Cidadania Ativa acrescenta informações do cotidiano vivido, de forma a qualificar os dados, e produzir, quando possível, novas informações sobre o território. O foco inicial foi a identificação dos serviços públicos de saúde que atendem a população do município, mas especificamente os serviços de Atenção Básica à Saúde.

SOBRE O DIREITO À SAÚDE, ALÉM DE TANGUÁ, FORAM ELABORADOS MAPAS DA CIDADANIA NOS MUNICÍPIOS DE CACHOEIRAS DE MACACU, GUAPIMIRIM, ITABORAÍ, MAGÉ, NITERÓI, NOVA FRIBURGO, SÃO GONÇALO SILVA JARDIM, CASIMIRO DE ABREU E TERESÓPOLIS.

COMPÕE A ATENÇÃO BÁSICA UM CONJUNTO DE AÇÕES, DE CARÁTER INDIVIDUAL E COLETIVO, SITUADAS NO PRIMEIRO NÍVEL DE ATENÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. SEUS OBJETIVOS ESTÃO RELACIONADOS À PROMOÇÃO; PREVENÇÃO; DIAGNÓSTICO; E TRATAMENTOS DE REABILITAÇÃO OS PROBLEMAS DE SAÚDE MAIS COMUNS, COMO, POR EXEMPLO, A REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ROTINA, SÃO ACOLHIDOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (UBS), E NOS POSTO DE SAÚDE DA FAMÍLIA (PSF), AMBOS PORTA DE ENTRADA DO SUS.¹⁰ NESTES, OS CIDADÃOS TÊM POSSIBILIDADE DE CONSULTAS REGULARES; ACOMPANHAMENTO; MEDICAMENTOS E VACINAS. AS UBS/ PSFs FAZEM PARTE DA ESTRATÉGIA DESENVOLVIDA PELAS EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF) E ABRANGEM TANTO ESSA MODALIDADE QUANTO OS NÚCLEOS DE APOIO ÀS EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA (NASF). AMBAS ASSUMEM A RESPONSABILIDADE SANITÁRIA E O CUIDADO COM AS PESSOAS DE DETERMINADA REGIÃO, ALÉM DE COMPREENDEREM OS SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA. NOS CASOS DE AGRAVO: URGÊNCIAS ADVINDAS DE ACIDENTES; FRATURAS; INFARTOS; AVCs, OS PACIENTES SÃO ENCAMINHADOS PARA UNIDADES DE PRONTO-ATENDIMENTO. AS UPAs SÃO UMA UNIDADE FIXA DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, EM QUE OCORRE A ESTABILIZAÇÃO POR UM CLÍNICO GERAL. PORTANTO, NÃO SÃO UNIDADES DE INTERNAÇÃO, PODENDO O PACIENTE PERMANECER EM OBSERVAÇÃO POR ATÉ 24 HORAS. O SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU ESTÁ DIRETAMENTE LIGADO À UPA, POIS AMBOS SÃO CONSIDERADOS O NÍVEL INTERMEDIÁRIO DE ATENÇÃO À SAÚDE. QUANDO O CASO NÃO SE RESOLVE NESSE ESTABELECIMENTO, HÁ O ENCAMINHAMENTO PARA OS HOSPITAIS, QUE CORRESPONDEM AO ATENDIMENTO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE.

10 "O objetivo desses postos é atender até 80% dos problemas de saúde da população, sem que haja a necessidade de encaminhar aos hospitais." Ver: <http://dados.gov.br/dataset/unidades-basicas-de-saude-ubs>

Assim, a Rede de Cidadania Ativa se apropria, reflete e constrói um mapeamento participativo demonstrando especificidades do município. O diálogo entre as dimensões da Cidadania Garantida e a Cidadania Percebida é, pois, o “carro-chefe” que conduz a exploração de temas pertinentes ao Direito à Saúde como o acesso, a inclusão e as desigualdades existentes no sistema de serviços públicos que assegura grande parte do direito à saúde. Fruto de inúmeras reuniões e discussões da Rede de Cidadania Ativa de Tanguá, o Mapa da Cidadania do Direito à Saúde objetiva dar visibilidade às desigualdades e violações do direito à saúde que não são normalmente informadas pelos órgãos oficiais.

O direito à saúde em Tanguá

O Rede de Cidadania Ativa de Tanguá discutiu a importância da confecção do Mapa para refletir sobre a situação da saúde no município e monitorar as ações do poder público, fiscalizar as políticas locais e identificar carências no atendimento à população. Travou-se debate sobre quais os pontos precisam ser visibilizados, a começar pela importância de uma averiguação e qualificação das estruturas de prestação de serviço do Programa de Saúde da Família (PSF) e Unidades Básicas de Saúde (UBS).

A construção do Mapa deu-se a partir do georreferenciamento dos estabelecimentos públicos de saúde, mediados com a apresentação, discussão e reconstrução dos indicadores da dimensão da Cidadania Garantida que avaliam o Direito à Saúde no município. E o que os dados oficiais revelam? Quais as condições de cidadania no município de Tanguá quando se avaliam as políticas que garantem o Direito à Saúde? O exercício de elaboração do mapeamento serviu para revelar que há no município, insuficiência no atendimento por parte do corpo técnico que presta assistência nas unidades locais do município.

Como metodologia, os integrantes da Rede de Cidadania Ativa averiguaram os endereços da listagem de estabelecimentos de saúde da prefeitura municipal, localizando-os no Mapa. Além do centro de Tanguá, foi averiguada a situação das unidades nos bairros de Duques; Mineiro; Vila Cortes; Pinhão e Posse dos Coutinhos. Ao todo, soma-se 8 unidades Unidades de Saúde da Família pertencentes a Rede de Atenção Básica à Saúde. Os demais estabelecimentos públicos se dividem da seguinte forma:

- 4 centros de especialidades municipais, sendo:
 - 1 de atendimento odontológico;
 - 1 de especialidades;
 - 1 policínica;
 - 1 de saúde mental;
- 2 espaços de vigilância sanitária
- 1 serviço de atendimento móvel de urgência (Samu).

Além desses, há dois estabelecimentos administrativos:

- central de marcações e secretaria administrativa de saúde.

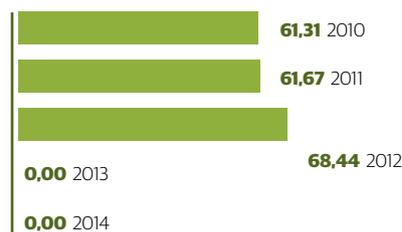
Sob a perspectiva da Cidadania Garantida, a observação de que falta investimento na saúde em Tanguá foi destaque. Há a percepção de um orçamento insuficiente para a saúde e demais áreas no município. Para a Rede, há necessidade de aumento dos recursos. Afirmam que esse cobre cerca da metade das necessidades orçamentárias para o sistema de saúde funcionar satisfatoriamente, acrescentando que o município de Tanguá “não dispõe de uma fonte de arrecadação (produtiva), não temos fábrica ou indústria” (Grupos de Diálogos/Rede de Cidadania Ativa de Tanguá, 2015).

Entre as diversas violações percebidas sobre a dimensão da Cidadania Garantida pela Rede de Cidadania em Tanguá estão as deficiências com a carência de agentes de endemias; a falta de conscientização e comprometimento de médicos e enfermeiros; a falta de qualificação para atendimento ao público; e a falta de qualidade e acessibilidade nas estruturas das unidades de saúde. Além disso, a falta de medicamento na Farmácia Popular também é identificada como recorrente pelos participantes.

Os indicadores referentes à dimensão da Cidadania Garantida foram objeto de atualização de seus dados. Estes foram sistematizados e representados em gráficos, com o objetivo de averiguar o comportamento dos mesmos ao longo de um tempo determinado. São eles, os indicadores de Direito à Saúde: Garantia de Atenção Básica e Garantia de Investimento em Saúde.

Direito à Saúde: Garantia de Atenção Básica em Tanguá

Taxa de pessoas cadastradas na Atenção Básica à saúde (%)



Fonte: Sistema de Informação de Atenção Básica (Siab) - Ministério da Saúde / IBGE.

Nota: Não havia dados disponíveis para consulta relativos aos cadastros de 2013 e 2014.

Esse primeiro gráfico permite-nos averiguar o acesso da população ao conjunto de serviços de assistência básica à saúde. Trata-se do percentual de pessoas cadastradas no Programa de Atenção Básica em relação ao total da população residente no município. Nossa questão norteadora diz respeito à proporção da população que tem acesso a esses serviços. Em três anos o programa cresceu 7,12% sobre o contingente inicial.

Chamou-nos a atenção também o fato de que os dados referentes ao número de pessoas cadastradas na Atenção Básica nos anos de 2013 e 2014 não estavam disponíveis para aferição no Sistema de Informação da Atenção Básica (Siab). A questão da dificuldade ao acesso aos dados foi algo que permeou todo o trabalho de atualização dos indicadores na área de atuação do Incid (AAI), sobretudo os dados da saúde.

Direito à Saúde: Garantia de Investimento na Saúde em Tanguá

Gasto em saúde por habitante (R\$)



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN)/ IBGE.

O segundo Indicador considera os gastos *per capita* de saúde calculados a partir do cruzamento entre os dados de finanças municipais publicados pela Secretaria do Tesouro Nacional, e os dados populacionais divulgados pelo IBGE. De acordo com o gráfico anterior há uma grande variação de investimento na saúde do município. Entre 2013 e 2014 houve um salto significativo no investimento *per capita* (R\$ 217,22). Todavia, pelos participantes da RCA, há pouca ou nenhuma percepção do investimento real no atendimento à população.

É IMPORTANTE REALIZARMOS ALGUMAS PONDERAÇÕES ACERCA DOS LIMITES E ALCANCES DESSAS INFORMAÇÕES. DEVEMOS CONSIDERAR O FATO DE QUE HÁ UMA COMPLEXIDADE DE PARÂMETROS PRECONIZADOS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE E ESTUDOS APONTAM QUE A INTERPRETAÇÃO DOS DADOS FINANCEIROS DA SAÚDE É UMA TAREFA "HERCÚLEA", UMA VEZ QUE COMPREENDE TER DIANTE DE SI DIFERENTES SISTEMAS DE DADOS¹¹ FINANCEIROS DE GESTÃO PÚBLICA AS DIVERSAS FONTES CONFORMAM UMA VARIABILIDADE DE QUESTÕES QUE DEVEM SER DESTACADAS SOBRE AS DIFICULDADES DE ENTENDIMENTOS, QUE ENVOLVEM DADOS; CONCEITOS; AGREGAÇÕES; ESTRUTURAS DE CONSULTAS; COMPATIBILIDADES E INCOMPATIBILIDADES CONSULTA A NOTAS TÉCNICAS FORMULADAS PELO INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA), UM ESTUDO SOBRE O ACESSO ÀS INFORMAÇÕES DA ATENÇÃO BÁSICA, NOS FORNECE UMA IDEIA DO DESAFIO DE ACESSAR E COMPREENDER OS DADOS. SERVO&PAIVA AFIRMAM QUE, "A DEPENDER DO DESEAFIO ANALÍTICO PODE HAVER DIFERENÇAS NO VALOR APURADO COM ATENÇÃO BÁSICA". SERVO&PAIVA (S/D) APONTAM AINDA QUE HÁ UMA SÉRIE DE ESFERAS ORÇAMENTÁRIAS; FUNÇÕES; SUBFUNÇÕES; PROGRAMAS; AÇÕES; LOCALIZAÇÕES DE GASTOS; FONTES E NATUREZAS DE DESPESAS COM DIFERENTES CATEGORIAS ECONÔMICAS¹² E GRUPOS DE DESPESA.¹³ FOCANDO ESPECIFICAMENTE SOBRE OS DADOS MUNICIPAIS, A SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL (STN) É A RESPONSÁVEL POR CONSOLIDAR AS INFORMAÇÕES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA EM SUAS BASES DE DADOS. É POSSÍVEL SABER O MONTANTE GERAL GASTO EM SAÚDE, MAS NÃO SÃO DISPONIBILIZADAS INFORMAÇÕES SOBRE EM QUE PROGRAMAS OU AÇÕES OS RECURSOS SÃO APLICADOS, NÃO SENDO POSSÍVEL DEFINIR A DESPESA ESPECÍFICA COM A ATENÇÃO BÁSICA. LOGO DEVEMOS OLHAR PARA O DADO COMO UM PANORAMA, DENTRE O QUAL SE ARROLAM AS SEGUINTESS LIMITAÇÕES: (I) HÁ POSSIBILIDADE DE MISTURAR GASTOS UNIVERSAIS E GASTOS ESPECÍFICOS; (II) HÁ DIFICULDADE DE CONHECER O OBJETO E OBJETIVO FINAL DO GASTO, ALÉM DA FUNÇÃO; (III) NÃO PERMITE SABER QUAL PERCENTUAL DO GASTO É PRÓPRIO AO MUNICÍPIO; (IV) NÃO PERMITE IDENTIFICAR AS DIFERENÇAS CONCEITUAIS OU PARAMETRIZAÇÃO COMUM. NÃO OBTANTE, O INDICADOR DE GARANTIA AO INVESTIMENTO À SAÚDE VISA APREENDER O MONTANTE DE GASTO TOTAL NAQUELE TERRITÓRIO (SENDO ELE O SOMATÓRIO DE RECURSOS PROVENIENTES DAS DUAS OU TRÊS ESFERAS).¹⁴

¹¹ Os dados do Governo Federal são disponibilizados: no Sistema de Informações Financeiras (Siafi), no Sistema Integrado de Dados Orçamentários (Sidor), e podem ser acessados numa plataforma criada para a consulta, o SIGA BRASIL. Os dados de estados e municípios são divulgados no Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Saúde (Siop), gerenciado pelo Ministério da Saúde. Há ainda dados de Execução Orçamentária dos Estados e Finanças Públicas do Brasil – Dados Contábeis dos Municípios (Finbra), que são consolidados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Fazenda.

¹² "Na análise da execução orçamentária do Ministério da Saúde, o Programa 1214 'Atenção Básica' teve recursos alocados nas subfunções 301 (Atenção Básica); Alimentação e Nutrição (306), Suporte Profilático e Terapêutico (303), Comunicação Social (131) e Administração Geral (122)." (SERVO&PAIVA, s/d).

¹³ As autoras exemplificam que dentro do arcabouço da contabilidade pública brasileira a Atenção Básica é referenciada por diferentes programas que se estendem não só ao Ministério da Saúde como também ao Ministério da Educação (exemplificam o Programa Brasil Escolarizado), e outros ministérios. Esses fatores contribuem para a dificuldade de interpretação de dados. (SERVO&PAIVA, s/d).

¹⁴ Fonte: http://www.ipea.gov.br/porta/imagens/stories/PDFs/nota_tecnica/130327_notatecnicadisoc15.pdf Acesso em 09/07/2015.

A Rede de Cidadania Ativa de Tanguá também identificou com a elaboração do Mapa que a cobertura da rede de assistência à saúde é insuficiente para atendimento de toda a população residente. As 8 unidades básicas de saúde são responsáveis por atender uma população atualmente de 30.426.¹⁵ O Mapa possibilita verificar a não existência de serviços públicos de saúde em diversas áreas do município: do total de 23, 16 se localizam no centro da cidade. Essa falta de distribuição espacial também se relaciona com a dificuldade de mobilidade para atendimento, que será tratada em outro indicador de referência do Incid.

Concluiu-se que a construção do Mapa da Saúde de Tanguá enfrentou dificuldades inerentes a esse território. Há uma conjuntura de insatisfação por parte dos participantes em relação ao Direito à Saúde e relatos da carência de equipamentos de trabalho, falta de estruturas de apoio, número insuficiente de profissionais e falta de capacitação dos agentes de saúde. Faltam sobretudo informações junto à Secretaria de Saúde.

Cidadania Ativa

Avalia-se que a formação de uma rede coletiva e participativa para buscar e produzir informações sobre o Direito à Saúde foi um êxito e um ganho para o município. O desenvolvimento de um olhar para o município a partir da abordagem dos Direitos possibilitou a construção de uma cartografia social simples, mas eficaz. Eficaz na evidência da distribuição, da falta de qualidade e das problemáticas existentes nos serviços públicos de saúde, sobretudo no que tange à Atenção Básica, possibilitando-lhes instrumentalizar-se para realizar denúncias e cobrar ações do poder público para ampliação e a garantia a esse direito.

Referências

BANDEIRA, Lúcio Henrique. Indicadores de ações de saneamento e seus impactos sobre a saúde pública articulados com as políticas de saúde, meio ambiente e recursos hídricos./Rio de Janeiro: s.n., 2003.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília; 1988 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao-Compilado.htm.

_____. Presidência da República. Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990. Brasília; 1990. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/lei8080.pdf>. Bibliografia.

_____. Ministério da Saúde. Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ). Manual Instrutivo. Brasília 2012.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Atenção Básica/Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Cartilha para apresentação de propostas ao Ministério da Saúde - 2015/Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. Revista do Serviço Público. Brasília 56 (2): 137-160 Abr/Jun 2005.

LIMA, Geânia S.P. e CARVALHO SAMPAIO, Helena Alves. Influência de fatores obstétricos, socioeconômicos e nutricionais da gestante sobre o peso do recém-nascido: estudo realizado em uma maternidade em Teresina, Piauí. Rev. Bras. Saúde Matern. Infant., Recife, 4 (3): 253-261, jul./set., 2004 .ISBN 978-85-334-2267-4.

NAHAS, Maria Inês Pedrosa. Metodologia de construção de índices e indicadores sociais, como instrumentos balizadores da gestão municipal da qualidade de vida urbana: uma síntese da experiência de Belo Horizonte. Abril 2000.

RAMOS, Carlos Alberto. Aspectos Distributivos do Gasto Público na Saúde. Planejamento e políticas públicas (ppp). n.24. dez. 2001.

REDE INTERAGENCIAL DE INFORMAÇÃO PARA A SAÚDE. Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações / Rede Interagencial de Informação para a Saúde - Rip-sa. 2. ed. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008.

RUGOLO L.M. Peso de nascimento: motivo de preocupação em curto e longo prazo. J Pediatr (Rio J). 2005; 81:359-60.

SANTOS, Itamar de Souza, et al.. Atenção Básica e a Saúde da Família. Disciplina MSP 0670 - Atenção Primária em Saúde de I. Março 2007.

SERVO, L. e BARRETO, A. Gasto com atenção básica das três esferas de governo: possibilidades e limitações das análises a partir de bases de dados orçamentário-financeiras. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/130327_notatecnicadisoc15.pdf. Acessado em 9/07/2015.

TROTTA YARYD, Anna et al. Saúde Cidadão. Guia de Informação sobre serviços públicos - pessoa idosa.

4.3 - O DIREITO CIVIL E POLÍTICO À PARTICIPAÇÃO E À AÇÃO CIDADÃ

A participação social de cidadãos e cidadãs é parte imprescindível dos Direitos Civis e Políticos, vital para o desenvolvimento e a garantia de uma Democracia plena. A democracia só existe se conduzida pela cidadania.

A Cidadania Ativa é o sujeito coletivo capaz de radicalizar a democracia. É na luta pelos direitos de cidadania que os diferentes sujeitos coletivos se reconhecem e legitimam, a partir de princípios, valores, direitos e regras comuns, como expressões mesmas de cidadania. As lutas em interação com o poder político são condições básicas de democracia que só se radicalizam quando os sujeitos coletivos ocupam a arena política, segundo regras democráticas, com a garantia do direito ao protagonismo de suas demandas, do direito às suas vozes e identidades.

Os direitos deixam de ser direitos e passam a ser privilégios se a relação política não for partilhada coletivamente com igualdade e responsabilidades.

Apesar das vitórias alcançadas constitucionalmente em nosso país, vitórias que só foram possíveis por uma grande participação popular, a Cidadania Ativa se encontra diante de um novo desafio voltado para a radicalização da democracia e para a garantia de que não haja retrocesso em direitos constitucionalmente conquistados.

Esse desafio é marcado pela força do novo desenvolvimentismo, que, ao se colocar acima de valores próprios da justiça social e da gestão sustentável dos territórios, viola o processo democrático. O uso humano do território qualifica a sua organização e lhe dá sentido histórico, tornando-o parte de um processo de construção coletiva resultado de luta e de negociação permanentes, em que há perdas e ganhos relativos para todos.

O desenvolvimento social de fato só ocorre com a participação efetiva das pessoas em seus espaços comunitários, fiscalizando, controlando e tomando iniciativas nos temas pertinentes às suas realidades.

O Mapa da Cidadania do Direito à Participação e Ação Cidadã de Tanguá contribui para revelar o retrato da própria Cidadania Ativa a partir de seus contextos de luta, visibilizando e qualificando os Espaços de cidadania existentes no município.

A construção de mapas do Direito à Participação e Ação Cidadã utilizou as informações do cadastro no Banco de Dados de Espaço e Ações Cidadãs (BDEAC) do Incid.¹⁶

O BDEAC tem como objetivo auxiliar na formação de uma cidadania cada vez mais articulada, com ampla possibilidade de atuação autônoma e formação de identidade de grupo. A partir da formação de ações coletivas e da composição de uma Cidadania Ativa autônoma é possível termos o conjunto de Direitos Humanos, em sua integridade e indivisibilidade.

Se a legalidade dos Direitos se dá pela formação e institucionalização de leis e normas, sua legitimidade só acontece pelas lutas da cidadania, que permitem, constantemente, uma nova dimensão à conquista de novos direitos. A cidadania ativa é uma cidadania estratégica, capaz de formar sujeitos capazes de se impor pela dinâmica dos conflitos vividos pela sociedade, em especial, nas lutas políticas.

O BDEAC é uma ferramenta voltada para ajudar a Cidadania Ativa na transformação de situações objetivas de luta quando permite comparações no tempo e no espaço dos problemas sociais e da evolução ou não desses problemas. Ele instrumentaliza as instituições e lideranças locais na formação de uma rede associativa e dá visibilidade às suas atuações, funcionando como um espelho no qual a própria Cidadania Ativa é refletida, permitindo uma autoavaliação através de indicadores que contemplem o estado da cidadania no território.

"O CIDADÃO É O INDIVÍDUO QUE TEM CONSCIÊNCIA DE SEUS DIREITOS E DEVERES E PARTICIPA ATIVAMENTE DE TODAS AS QUESTÕES DA SOCIEDADE TUDO O QUE ACONTECE NO MUNDO SEJA NO MEU PAÍS, NA MINHA CIDADE OU NO MEU BAIRRO ACONTECE COMIGO ENTÃO EU PRECISO PARTICIPAR DAS DECISÕES QUE INTERFEREM NA MINHA VIDA. UM CIDADÃO COM UM SENTIMENTO ÉTICO FORTE E CONSCIÊNCIA DA CIDADANIA NÃO DEIXA PASSAR NADA, NÃO ABRE MÃO DESSE PODER DE PARTICIPAÇÃO." (SOUZA HERBERT DE, 1994).

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 É MARCA DE UMA AMPLIAÇÃO HISTÓRICA DO PROCESSO DEMOCRÁTICO DA REPÚBLICA QUE NÃO SE LIMITOU AO RESTABELECIMENTO DE ELEIÇÕES PARA AS TRÊS ESFERAS DE GOVERNO, MAS ADOTOU A PARTICIPAÇÃO DIRETA DOS CIDADÃOS E CIDADÃS NAS DECISÕES PÚBLICAS. ELA TRAZ O RECONHECIMENTO DE QUE A SOCIEDADE CIVIL DEVE TER MAIS DO QUE NUNCA UM PAPEL ATIVO NA FISCALIZAÇÃO E NO CONTROLE DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS.

O BANCO DE DADOS DE ESPAÇO E AÇÕES CIDADÃS DO INCID CONTA COM UM TOTAL DE 16 PERFIIS PARA CADASTRAMENTO DE ESPAÇOS (ORGANIZAÇÕES, INSTITUIÇÕES, ASSOCIAÇÕES, GRUPOS ETC) DA CIDADANIA ATIVA, NO QUAL TAMBÉM PODEM IDENTIFICAR O TEMA DE ATUAÇÃO POLÍTICA DE CADA ESPAÇO POSSIBILITANDO O CADASTRAMENTO DE MAIS DE UM TEMA POR ESPAÇO. NESSA FERRAMENTA, HÁ O TOTAL DE 30 BANDEIRAS DE LUTA POSSÍVEIS PARA O CADASTRAMENTO.

Tanguá conta com um pequeno número de espaço de atuações cidadãs, destacando-se os Coletivos de Entidades, Associações e Grupos Identitários. Destacam-se as lutas pela saúde e pela educação, além das ligadas às questões raciais e de gênero.

O Mapa do Direito à Participação e Ação de Tanguá conta com 14 espaços de atuações cidadãs, sendo que, destes, destacam-se as Associações de Moradores e os Coletivos de Entidades em maior número, seguidos dos Grupos Identitários, Sindicatos, Espaços ou Grupos Religiosos, Espaços ou Grupos Culturais e Trabalhadores Rurais/Pequenos Produtores.

O objetivo desse Mapa é garantir a visibilidade das ações, das múltiplas vozes da Cidadania Ativa, para que contribua na promoção da transparência de informações sobre as lutas e a realidade do estado da cidadania do município. A ideia é que ele se torne um instrumento de luta construído, permanentemente, pela sociedade civil, visando, sobretudo, seu fortalecimento.

Nesse sentido, o Mapa de Direito à Participação e Ação de Tanguá serve para pautar os diálogos com outros direitos que ganharam também, nessa publicação, outros Mapas da Cidadania correspondentes.

A participação da sociedade civil em lutas cuja bandeira é o Direito à Educação pode ser revelada pelo número de grupos, organizações ou instituições ativos instalados em Tanguá presentes no Banco de Dados de Espaços e Ações do Incid. São quatro espaços cadastrados que se mobilizam pela luta do Direito à Educação em Tanguá.

Já a mobilização pelas questões de Saúde conta com três espaços de cidadania cadastrados e animam as lutas do Direito à Saúde no município.

Referências

GRZYBOWKI, Cândido. Como radicalizar a democratização? <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1456>

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_04.02.2010/CON1988.pdf

INCID. <http://incid.org.br/>

NEVES, Renata Feno; BRANDÃO, Rita. Banco de Dados Incid - uma ferramenta da cidadania ativa. 2013. III Seminário de Sociologia e Direito - A mobilização social e suas implicações na alteração do cenário nacional: (re)construção de paradigmas e fortalecimento da cidadania. UFF: Niterói, 2013.

SOUZA, Herbert de. Ética e Cidadania. São Paulo. Moderna, 1994.

5

OS PRÓXIMOS PASSOS E METAS DA REDE DE CIDADANIA ATIVA DE TANGUÁ

O próximo passo da Rede de Cidadania Ativa de Tanguá, para dar continuidade à construção de indicadores que avaliem o estado do Direito à Educação no município, é encaminhar solicitações para obter junto aos órgãos públicos do município e do estado dados que indiquem em quais escolas há garantia de implementação da Lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira.

Para além disso, a Rede de Cidadania Ativa buscará formas de dar visibilidade ao Mapa da Cidadania do Direito à Educação, denunciando que não há garantia da educação inclusiva nas escolas do município e que é preciso haver a descentralização e ampliação do número de escolas que ofertam o ensino médio.



No que tange à elaboração dos indicadores do Direito à Saúde, como síntese, a Rede elencou uma série de questionamentos e desafios que seguem listados abaixo, como forma de sistematizar as informações para orientar as futuras ações coletivas da Rede de Cidadania Ativa acerca do Direito à Saúde.

Questões norteadoras para ações futuras:

- Como e onde buscar mais dados e informações sobre o funcionamento das Unidades de Saúde do município que condizem com a realidade vivenciada pela população?
- Como denunciar que há um déficit de profissionais agentes de endemias?
- Como obter dados oficiais que evidenciem a necessidade de realizar concurso para contratação de profissionais de saúde no município?
- Como evidenciar a falta de comprometimento de médicos e enfermeiros e a necessidade de qualificação desses profissionais para atendimento ao público?
- Como buscar maior transparência pública relacionada a gastos na saúde?
- Como conseguir comprovar a necessidade de um hospital no município e que o transporte público para o atendimento em outros municípios (Itaboraí e Rio Bonito) é deficitário?
- Como comprovar que faltam remédios na Farmácia Popular?
- Como denunciar que a infraestrutura dos estabelecimentos das unidades de saúde é precária e pouco adequada para realizar o atendimento da população (geralmente muito quentes, sem conforto e adaptações que garantam acessibilidade, por exemplo)?

- Como denunciar que falta disseminação de informações por parte da Secretaria Municipal de Saúde?
- Como garantir o serviço de ouvidoria no município?

A Rede de Cidadania Ativa de Tanguá acrescenta que no decurso dos levantamentos os participantes notaram a existência de problemas de defasagem de alguns dados disponibilizados em canais como Datasus e Cnes. Questionam, assim, a atualização das informações sobre as equipes técnicas, como o número de profissionais, enfermeiros, médicos, buscando levantar também a meta de atendimentos por mês.

ANEXO 1 – Mapa da Cidadania do Direito à Saúde

Número no mapa	Nome	Endereço			Administração
		Logradouro	Número	Bairro	
1	CENTRAL DE REGULAÇÃO DE TANGUÁ	AVENIDA VEREADOR MANOEL MACEDO	680	CENTRO	MUNICIPAL
2	CENTRO DE ESPECIALIDADES JOSÉ PELEGRINO	RUA 19 DE NOVEMBRO	88	CENTRO	MUNICIPAL
3	CENTRO DE SAÚDE MENTAL DOUTOR EDSON JOSÉ DA SILVA	RUA MANOEL JOÃO GONÇALVES	25	CENTRO	MUNICIPAL
4	CENTRO ODONTOLÓGICO JOSÉ COUPERTINO	RUA PRESIDENTE MÉDICI	2	CENTRO	MUNICIPAL
5	DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE	RUA PRESIDENTE DUTRA	65	CENTRO	MUNICIPAL
6	ODONTOMÓVEL	RUA DOMINGO MANHÃES	284	CENTRO	MUNICIPAL
7	POLICLÍNICA MUNICIPAL DEMERVAL GARCIA DE FREITAS	RUA PRIMEIRO DE MAIO	S/N	CENTRO	MUNICIPAL
8	SAMU 192	RUA PRIMEIRO DE MAIO	S/N	CENTRO	MUNICIPAL
9	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	RUA DOMINGO MANHÃES	284	CENTRO	MUNICIPAL
10	UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA AMPLIAÇÃO	RUA PREFEITO JOÃO BAPTISTA CAFFARO	S/N	VILA CORTE	MUNICIPAL
11	UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA BANDEIRANTES I	AVENIDA DEPUTADO ÁLVARO VALE	S/N	BANDEIRANTES 1	MUNICIPAL
12	UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA BANDEIRANTES 2	RUA SESSENTA E SEIS	S/N	BANDEIRANTES 2	MUNICIPAL
13	UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA CENTRO 1	RUA JULIETA DE MACEDO	151	CENTRO	MUNICIPAL
14	UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA DUQUES	RUA FLOR DE MAIO	S/N	DUQUES	MUNICIPAL
15	UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA PINHÃO	RUA JOBEL JOSÉ CARDOSO	S/N	PINHÃO	MUNICIPAL
16	UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA POSSE DOS COUTINHOS	ESTRADA DA ASSEMBLÉIA	S/N	POSSE DOS COUTINHOS	MUNICIPAL
17	UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA VILA CORTES	RUA PREFEITO JOÃO BAPTISTA CAFFARO	S/N	VILA CORTE	MUNICIPAL
18	UNIDADE MÓVEL MÉDICO ODONTOLÓGICA	RUA DOMINGO MANHÃES	284	CENTRO	MUNICIPAL
19	VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE TANGUÁ	RUA PRESIDENTE DUTRA	65	CENTRO	MUNICIPAL
20	FARMÁCIA POPULAR (REDE PRÓPRIA DO PROGRAMA)	RUA DEZENOVE DE NOVEMBRO	65	CENTRO	MUNICIPAL
21	FARMÁCIA POPULAR (INTEGRANTE DO PROPGRAMA)	RUA MANOEL JOÃO GONÇALVES	21	CENTRO	MUNICIPAL
22	FARMÁCIA POPULAR (INTEGRANTE DO PROPGRAMA)	PRAÇA ROBERTO PEREIRA DOS SANTOS	243 (LOJA 105)	CENTRO	MUNICIPAL
23	FARMÁCIA POPULAR (INTEGRANTE DO PROPGRAMA)	RUA MANOEL JOÃO GONÇALVES	93 (LOJA 4)	CENTRO	MUNICIPAL

Fonte: SUS, Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, 2015.

ANEXO 2 - Mapa da Cidadania do Direito à Participação e Ação Cidadã

Número no mapa	Nome	Endereço		
		Logradouro	Número	Bairro
1	CONSELHO MUNICIPAL PELA IGUADADE RACIAL (TANGUÁ)	Rua Padre José Augert	33	Centro
2	CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (TANGUÁ)	Rua vereador Manoel Macedo	1040	Centro
3	CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE (TANGUÁ)	Não informado		
4	CENTRO DE CULTURA AFRO LUZ	Rua T	Quadra 14 Lote 25	
5	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VILA CORTES - AMOVIC	Rua 16		Vila Cortes
6	ASSOCIAÇÃO MISSIONÁRIA DO CORAÇÃO DE MARIA	Rua Padre José Augert	33	Bairro
7	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE TANGUÁ - TANGUART	Estrada Posse dos Coutinhos	620	Posse dos Coutinhos
8	SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO - SEPE / NÚCLEO TANGUÁ	Rua Manoel João Gonçalves	93	Centro
9	ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE TANGUÁ	Estrada S	Quadra 19 Lote 23	Centro
10	GRUPO DE MULHERES INDEPENDENTE DE TANGUÁ	Rua vereador Manoel Macedo	1040	Centro
11	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE ARTESÃOS DE TANGUÁ - TANGUART	Estrada Posse dos Coutinhos	620	Não informado
12	ASSOCIAÇÃO DOS CITRICULTORES E PRODUTORES RURAIS DE TANGUÁ - ACIPTA	Rua Ribeiro Almeida	KM 1	Não informado
13	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES CIDADE SATÉLITE E DUQUES	Rua 315	Quadra 34 Lote 17	Duques
14	CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE (TANGUÁ)	Rua vereador Manoel Macedo	1040	Centro

Fonte: Banco de Dados de Espaços e Ações Cidadãs, INCID, 2015.

ANEXO 3 – Mapa da Cidadania do Direito à Educação

Nº	Nome do estabelecimento de educação	Endereço	Lab. info.	Biblioteca
1	E M CASTRO ALVES	ESTRADA DA POSSE, S/N, IPITANGAS	Sim	Sim
2	E M ERNESTINA FERREIRA MUNIZ	ESTRADA DA POSSE DOS COUTINHOS, S/N, IPITANGAS	Sim	Sim
3	E M FAZ TOMASCA	ESTRADA RIBEIRO DE ALMEIDA, S/N, TOMASCAS	Não	Sim
4	E M GASTAO DOS SANTOS RIBEIRO	EST DA ASSEMBLEIA KM 1, S/N, POSSE DOS COUTINHOS	Sim	Sim
5	E M IPITANGAS	ESTRADA DE IPITANGAS, S/N, IPITANGAS	Não	Sim
6	E M JACINTO COSTA	ESTRADA JOSE SOARES DA COSTA, S/N, IPITANGAS	Não	Não
7	E M JOAO CAETANO	RUA JOAO PELEGRINO, S/N, IPITANGAS	Sim	Sim
8	E M LAGOA VERDE	ESTRADA MARTINHO MOREIRA, S/N, LAGOA VERDE	Não	Não
9	E M MUTUAPIRA	FAZ NOSSA SENHORA DA CONCEICAO, S/N, MUTUAPIRA	Sim	Não
10	E M PROFESSORA PAULINA PORTO	PCA PALMIRA PACHECO, S/N, POSSE DOS COUTINHOS	Sim	Sim
11	E M STA RITA	FAZ STA RITA, S/N, POSSE DOS COUTINHOS	Sim	Sim
12	EE BERNARDINO TORRES	FAZENDA MURIQUI, S/N, MURIQUI	Não	Não
14	CE ANTONIO FRANCISCO LEAL	RUA MANOEL JOAO GONCALVES, 891, CENTRO	Sim	Sim
19	CENTRO INTEGRADO DE EDUCACAO E SAUDE EM ATENCAO AS NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS	RUA VEREADOR MANOEL DE MACEDO, 1040, CENTRO	Não	Não
20	CIEP BRIZOLAO 252 JOAO BAPTISTA CAFFARO	RUA PRIMEIRO DE JANEIRO, S/N, CENTRO	Sim	Sim
21	CRECHE MUNICIPAL OZIRIS RODRIGUES DA SILVA	RUA XV DE NOVEMBRO, S/N, CENTRO	Não	Sim
22	CRECHE MUNICIPAL TEREZA CAMPINS GONCALVES	ESTRADA DO CONTORNO, LOTE 01, BANDEIRANTES I	Sim	Não
24	E M FERNANDA SUELLEN DA SILVA GRIPP SAMPAIO	RUA EPITACIO PEREIRA RANGEL, S/N, CHACARAS PINHAO	Não	Não
25	E M MANOEL JOAO GONCALVES	RODOVIA BR 101 KM 282, S/N, DUQUES	Não	Não
26	E M PADRE THOMAS PIETERS	AV PREF JOAO BATISTA CAFFARO, S/N, VILA CORTES	Não	Não
27	E M PROF DEARINA SILVA MACHADO	RUA EUCLIDES DA SILVA QD 21, S/N, PINHÃO	Não	Não
28	E M PROF ZULQUERINA RIOS	RUA 69 QD 59 LOTE 1, S/N, BANDEIRANTES II	Não	Não
29	E M VEREADOR ANTONIO DUARTE LOPES	RUA JOAO DIAS, 251, VILA CORTES	Não	Não
30	E M VEREADOR MANOEL NOVIS DA SILVA	AV. 25, CHACARAS BANDEIRANTES I, S/N, VILA CORTES	Sim	Não
31	E M VISCONDE DE ITABORAI	ESTR. JULIO PEREIRA DOS SANTOS, S/N, DUQUES	Não	Sim
32	ESCOLA MUNICIPAL IASMIM GONZAGA ARANTES	RUA VEREADOR MANOEL MACEDO, 1040, CENTRO	Não	Sim
13	ASSOCIACAO PESTALOZZI DO MUNICIPIO DE TANGUA	RUA JOSE TEIXEIRA DA SILVA QD 30 LT 3, 125, CENTRO	Sim	Sim
15	CENTRO DE EDUCACAO E CULTURA LAPIS NA MAO	RUA BENJAMIM MOREIRA SOARES, S/N, CENTRO	Sim	Não
16	CENTRO EDUCACIONAL MUNDO MAGICO	AVENIDA PREFEITO JOAO BAPTISTA CAFFARO, 1513, VILA CORTES	Sim	Não
17	CENTRO EDUCACIONAL PINHAO LTDA	RUA JOBEL JOSE CARDOSO QUADRA 15 LOTE, 29, PINHÃO	Não	Não
18	CENTRO EDUCACIONAL TANGUA	RUA JOAO DIAS, 115, VILA CORTES	Não	Sim
23	CRECHE SAO VICENTE DE PAULO	RUA PADRE JOSE AUGERT, 05, CENTRO	Não	Não
33	INSTITUTO DE ENSINO AMPLIACAO	RUA 03, S/N, AMPLIAÇÃO	Não	Não
34	INSTITUTO EDUCACIONAL CASTELINHO ENCANTADO	RUA MANOEL JOAO GONCALVES, 571, CENTRO	Sim	Sim

Fonte: MEC, Censo Escolar, 2014.

* NR/ NA – Não respondeu/ não atendeu aos requisitos

	IDEB dos anos iniciais	IDEB dos anos finais	Sala de Atendimento Educacional Especializado	Atendimento Educacional Especializado (AEE)	Dependências adequadas para deficiência/mobilidade reduzida	Quadra de esportes	Vias adequadas para deficiência/mobilidade reduzida
	NR/NA*	NR/NA	Sim	Não oferece	Sim	Sim	Sim
	NR/NA	2,8	Não	Não oferece	Não	Não	Não
	NR/NA	NR/NA	Não	Não oferece	Não	Sim	Não
	NR/NA	NR/NA	Sim	Não oferece	Não	Não	Não
	NR/NA	NR/NA	Não	Não oferece	Não	Sim	Não
	NR/NA	NR/NA	Não	Não respondeu	Não	Não	Não
	NR/NA	NR/NA	Não	Não oferece	Não	Não	Não
	NR/NA	NR/NA	Não	Não oferece	Não	Não	Não
	NR/NA	NR/NA	Sim	Não exclusivamente	Não	Não	Sim
	4,3	NR/NA	Sim	Não oferece	Sim	Sim	Sim
	NR/NA	NR/NA	Não	Não oferece	Não	Não	Não
	NR/NA	NR/NA	Não	Não respondeu	Não	Não	Não
	NR/NA	3,6	Não	Não oferece	Sim	Sim	Sim
	NR/NA	NR/NA	Não	Não oferece	Não	Não	Não
	NR/NA	3,2	Sim	Não oferece	Sim	Não	Sim
	NR/NA	NR/NA	Não	Não oferece	Não	Não	Não
	NR/NA	NR/NA	Sim	Não exclusivamente	Sim	Sim	Sim
	NR/NA	NR/NA	Não	Não oferece	Não	Não	Sim
	4,4	NR/NA	Não	Não oferece	Não	Não	Não
	4,2	NR/NA	Não	Não respondeu	Não	Não	Não
	4,4	3,4	Não	Não oferece	Não	Não	Não
	4,9	NR/NA	Não	Não oferece	Não	Sim	Não
	4	NR/NA	Não	Não oferece	Não	Não	Não
	3,6	2,8	Não	Não oferece	Não	Sim	Não
	NR/NA	NR/NA	Não	Não oferece	Não	Não	Não
	NR/NA	NR/NA	Não	Não oferece	Não	Não	Não
	NR/NA	NR/NA	Sim	Não oferece	Sim	Não	Sim
	NR/NA	NR/NA	Sim	Não oferece	Sim	Não	Sim
	NR/NA	NR/NA	Não	Não oferece	Sim	Não	Sim
	NR/NA	NR/NA	Não	Não oferece	Não	Não	Não
	NR/NA	NR/NA	Não	Não oferece	Não	Sim	Sim
	NR/NA	NR/NA	Não	Não oferece	Não	Não	Não
	NR/NA	NR/NA	Não	Não respondeu	Não	Não	Não
	NR/NA	NR/NA	Não	Não oferece	Não	Sim	Não



REALIZAÇÃO

iBase.
Instituto Brasileiro de
Análises Sociais e Econômicas

PARCERIA

BR PETROBRAS

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA